



MUNICÍPIO DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026

OBJETO

Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Esterilização e Radiologia, destinados ao atendimento do Centro Municipal de Especialidades (CEME), da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Pronto Atendimento Municipal (PAM) e do Setor de Odontologia, no Âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR.

VALOR ESTIMADO

R\$ 2.550.213,07 (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, duzentos e treze reais e sete centavos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item.

LICITAÇÃO DIFERENCIADA

Exclusiva para participação de ME/EPP/EQUIPARADAS

Ampla participação

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E/OU IMPUGNAÇÕES

Até o dia 12/02/2026, exclusivamente para o endereço eletrônico: pregoeiro3@sarandi.pr.gov.br

SESSÃO PÚBLICA

Abertura 09h do dia 20/02/2026 – Horário de Brasília-DF

Local www.gov.br/compras/pt-br - UASG 988461

Pregoeiro Daniel de Oliveira Leite – Portaria nº 1647/2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

licitacao@sarandi.pr.gov.br

Sumário

DO OBJETO.....	3
DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
DA PARTICIPAÇÃO	3
DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS	5
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	8
DA ABERTURA DA SESSÃO.....	9
DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
DA NEGOCIAÇÃO	12
PROPOSTA ADEQUADA.....	12
DA FASE DE JULGAMENTO	13
DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	17
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
DOS RECURSOS	19
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	22
REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.....	23
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23



Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SARANDI**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, sediada na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi – Paraná, realizará **LICITAÇÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 2140, de 14 de agosto de 2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DO OBJETO

1 O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ESTERILIZAÇÃO E RADIOLOGIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CENTRO MUNICIPAL DE ESPECIALIDADES (CEME), DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (PAM) E DO SETOR DE ODONTOLOGIA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SARANDI/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1 A licitação será dividida em itens, conforme a **Tabela 1** constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

DO REGISTRO DE PREÇOS

2 As regras referentes ao Registro de Preços são as que constam na minuta de Ata de Registro de Preços.

DA PARTICIPAÇÃO

3 **PODERÃO PARTICIPAR DESTE PREGÃO** os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Para os **itens 03 e 05** é exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Os demais produtos são da ampla concorrência.

3.6 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

4 NÃO PODERÃO DISPUTAR DESTA LICITAÇÃO:

- I. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II. sociedade que desempenha atividade incompatível com o objeto da licitação;
- III. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- V. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- VI. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- VII. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- VIII. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- IX. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de



trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

X. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

XI. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição; e

XII. direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)

4.1 O impedimento de que trata o inciso VI citado acima, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.2 A vedação de que trata o inciso XI citado acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DO ORÇAMENTO ESTIMADO

5 O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

6 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos neste Edital para abertura da sessão pública.

8 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



II. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

III. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º](#) e no [inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

IV. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

10.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

11 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- I. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- IV. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- V. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- VI. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;



- VII. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- VIII. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- IX. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- XI. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

12 A falsidade das declarações que tratam nos itens 8 ou 10 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

13 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

14 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

15 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

16 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

17 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- I. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

18 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 16 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



19 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

20 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL

21 O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA INICIAL** mediante o preenchimento, **no sistema eletrônico**, dos seguintes campos:

- I. valor unitário e total do item;
- II. marca;
- III. modelo;
- IV. quantidade do item cotado (não poderá ser diferente da descrita na Tabela 1 do Anexo I);

22 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

23 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

24 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

25 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

26 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

27 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

28 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



29 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

30 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

31 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do objeto.

DA ABERTURA DA SESSÃO

32 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, [na data, horário e local](#) indicados na capa deste Edital.

33 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

34 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

35 **INICIADA A ETAPA COMPETITIVA**, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

36 **O LANCE** deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

36.1 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

36.2 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

37 O **INTERVALO MÍNIMO** de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,01 (um centavo de real)**.

38 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.



39 O PROCEDIMENTO SEGUIRÁ DE ACORDO COM O MODO DE DISPUTA ADOTADO.

39.1 Para este certame **SERÁ ADOTADO** para envio dos lances o modo de disputa "**ABERTO**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

39.1.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

39.1.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

39.1.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

39.1.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

39.1.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

40 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

41 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

42 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

43 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

44 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

45 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

46 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à



comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e, conforme a Lei Complementar nº 373/2019.

46.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

46.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

46.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

46.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

47 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- III. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

48 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. empresas brasileiras;
- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).



49 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

DA NEGOCIAÇÃO

50 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

50.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

50.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

50.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

PROPOSTA ADEQUADA

51 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas, envie a PROPOSTA ADEQUADA ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

51.1 A proposta adequada mencionada acima, deverá conter no mínimo as informações do Anexo II (modelo de proposta), vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação.

51.2 **ALÉM DAS INFORMAÇÕES DO MODELO DA PROPOSTA, DEVERÃO CONSTAR:**

- I. Marca e Modelo para cada item cotado;
- II. Número do registro dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 junto a ANVISA;
 - a) Alternativamente, quando o produto for isento de registro, o licitante deverá indicar expressamente a isenção e anexar documentação comprobatória da isenção de registro para o produto licitado.
 - b) Para os itens em que for apresentada cópia do registro do produto, deverá constar a data de validade do registro vigente, bem como a data de impressão do



documento obtido no site da ANVISA, sendo que esta data de impressão não poderá ultrapassar 60 (sessenta) dias da data de envio da proposta.

- III. Número do registro do item 4 junto ao INMETRO;
- IV. descrição do objeto, contendo as informações iguais ou similares à especificação do Termo de Referência;
- V. Para todos os itens, a licitante deverá apresentar manuais, catálogos ilustrativos e/ou folders do fabricante, em formato impresso ou eletrônico, redigidos em língua portuguesa, contendo informações técnicas completas dos equipamentos ofertados, de modo a possibilitar a avaliação, conferência e verificação da conformidade com os requisitos e especificações estabelecidos neste instrumento.
- VI. quantidade e unidade de medidas apresentadas no Termo de Referência;
- VII. valor unitário e total, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula; e
- VIII. prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

52 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

53 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I. SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- III. Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); e
- IV. Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR.

54 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

54.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

55 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



55.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

55.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

55.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

56 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

57 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

58 **SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA VENCEDORA QUE:**

- I. conter vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

59 **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

59.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

60 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

61 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem/serviço.



DA FASE DE HABILITAÇÃO

62 Os documentos previstos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

62.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

63 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

64 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

65 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

66 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

67 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

68 **OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA FINS DE HABILITAÇÃO PODERÃO:**

- I. ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial cópia autenticada na forma da Lei; e
- II. ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

69 **SERÁ VERIFICADO NO SISTEMA SE O LICITANTE APRESENTOU:**

- I. a declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 18, §2º do Decreto nº 1260/23);
- II. sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação caso não tenha apresentado; e



III. sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

70 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, **será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias**, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

71 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

71.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

72 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

72.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

73 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

73.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

74 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

74.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem neste Edital serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

75 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 73.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas horas, para:

I. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



III. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

IV. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

76 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

77 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

78 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 73.1.

79 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

80 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 42º da Lei Complementar nº 123/06](#)).

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

81 O objeto deste pregão será adjudicado a licitante vencedora. A homologação do resultado do certame compete ao Prefeito Municipal.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

82 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar (na forma eletrônica) a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

82.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- I. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- II. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.



83 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

84 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

85 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

86 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

87 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

87.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

88 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- I. dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens/serviços com preço igual aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- II. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

89 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

89.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

89.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

90 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- I. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou



II. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 31 e 32 do Decreto nº 2140/2024.

91 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

DOS RECURSOS

92 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto [no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

93 **O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

94 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

II. o prazo para manifestação da intenção de recorrer será de 10 minutos;

III. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.

94.1 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

95 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

96 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



96.1 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

97 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

98 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

99 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

II. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

VI. fraudar a licitação

VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

100 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as **seguintes sanções**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar e



IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

101 NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- II. as peculiaridades do caso concreto
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

102 A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- I. Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do item 99, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- II. Para as infrações previstas nos incisos IV ao VIII do item 99, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

103 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

104 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

105 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II e III do item 99, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

106 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos IV a VIII do item 99, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II e III do item 99 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

107 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no inciso III do item 99, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).



108 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

109 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

110 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

111 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

112 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

113 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de *e-mail* informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

113.1 Os endereços de *e-mail* informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

114 As sanções por atos praticados no decorrer da execução do objeto estão previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

115 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até três dias úteis antes da data da abertura do certame.

116 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



117 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pregoeiro3@sarandi.pr.gov.br.

118 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

119 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

120 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

121 Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE SARANDI/PR o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

122 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

123 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

124 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

125 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

126 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

127 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

128 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

129 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

130 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0003/2026

131 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

132 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

133 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

134 Em caso de divergência, omissão ou conflito entre as condições deste Edital e as legislações aplicáveis à licitação, prevalecerão as disposições das legislações.

135 Na hipótese de divergência entre este Edital e as condições apresentadas pelos licitantes em suas propostas, prevalecerão sempre os termos deste Edital.

136 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>, bem como no Portal de Transparência do Município, podendo ser acessado pelo seguinte link: <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes>.

137 **Integram este Edital**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ✓ Anexo I – Termo de Referência;
 - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- ✓ Anexo II – Proposta de Preços (modelo); e
- ✓ Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Sarandi, 30 de janeiro de 2026.

NEWTON CESAR MARTINS

Secretário de Administração
Portaria nº 59/2025



MUNICÍPIO DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026

Objeto

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ESTERILIZAÇÃO E RADIOLOGIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO CENTRO MUNICIPAL DE ESPECIALIDADES (CEME), DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (PAM) E DO SETOR DE ODONTOLOGIA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SARANDI/PR.

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de equipamentos de esterilização e radiologia, destinados ao atendimento do Centro Municipal de Especialidades (CEME), da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Pronto Atendimento Municipal (PAM) e do setor de Odontologia, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR., nos termos da(s) tabela(s) abaixo e demais exigências estabelecidas neste instrumento, conforme o caso, nos seu(s) anexo(s).

Item	Cód.	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Total	
1	Ampla concorrência	78124	Autoclave Horizontal de no mínimo 100 litros. Demais especificações conforme descrição complementar.	3	Unid.	R\$ 188.212,44	R\$ 564.637,32
2	Ampla concorrência	78125	Lavadora Ultrassônica. Demais especificações conforme descrição complementar.	7	Unid.	R\$ 65.560,43	R\$ 458.923,01
3	Participação EXCLUSIVA de ME/EPP	78126	Sistema de Osmose Reversa. Demais especificações conforme descrição complementar.	2	Unid.	R\$ 24.169,93	R\$ 48.339,86
4	Ampla concorrência	78127	Seladora de Grau Cirúrgico Automática. Demais especificações conforme descrição complementar.	5	Unid.	R\$ 21.886,00	R\$ 109.430,00
5	Participação EXCLUSIVA de ME/EPP	78128	Incubadora para testes biológicos de autoclave a vapor sob pressão. Demais especificações conforme descrição complementar.	4	Unid.	R\$ 16.072,07	R\$ 64.288,28
6	Ampla concorrência	78129	Conjunto Radiológico Móvel motorizado para exames radiológicos músculo esqueléticos, abdômen, crânio, coluna, tórax, membros e extremidades. Demais especificações conforme descrição complementar.	2	Unid.	R\$ 605.720,63	R\$ 1.211.441,26
7	Ampla concorrência	78130	Impressora Dry. demais especificações conforme descrição complementar.	2	Unid.	R\$ 46.576,67	R\$ 93.153,34

Tabela 1

Em caso de divergência entre as especificações deste Termo de Referência - TR e as apresentadas no compras.gov.br, prevalecerão sempre deste termo.



DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

Item	Cód.	Descrição
1	78124	<p>AUTOCLAVE HORIZONTAL, mínimo de 100 litros de capacidade esterilização a vapor, saturado sob pressão e temperatura e secagem de material por meio de vácuo, câmara cilíndrica em inox AISI 304 ou 304L; gabinete em aço inox AISI 316L com acabamento externo em aço inox AISI 304. Capacidade da câmara interna de no mínimo 100 litros, 2 (duas) portas centrais automáticas com fechamento por deslizamento vertical através de motor elétrico ou cilindro pneumático com sistema anti-esmagamento; Isolamento térmico e antichama; guarnição em silicone com sistema de ativação por pressão de ar comprimido que mantêm a vedação da porta durante todo processo de esterilização, Câmara interna horizontal, cilíndrica com espessura mínimo de 3 mm, construída em aço inox AISI 316L, com entrada de 1 polegada para validação independente de sensores de temperatura para coleta de dados e dreno protegido com filtro em malha de aço inox, câmara externa em aço inox AISI 304L, isolamento térmico removível em manta de fibra cerâmica. Purgador termodinâmico, autolimpante, para total eliminação de ar e condensado, estrutura modular com canaletas para organização de cabos e mangueira, pintura eletrostática; sapatas niveladoras com ajustes de altura de até 50 mm; Sistema de impressão do ciclo por meio de impressora matricial de impacto, registro do lote, memória para armazenamento; Painel de comando com tela touch screen mínima de 4 polegadas, com controle e possibilidade de operação com senhas, sistema de alarmes que indicam falhas de funcionamento, com termômetro digital; Sistema de alarmes para detectar falha de funcionamento, falhas de componentes elétricos e mecânicos, acionamento de sistemas de segurança, indicações para o usuário; Manovacuômetro e manômetro classe de exatidão A +/- 1,6%, para indicação das pressões da câmara interna e externa. Setor de ciclos: mínimo de 10 ciclos pré programáveis e mínimo de 6 auto programáveis; Cálculo de letalidade do ciclo no processo de esterilização (F0); Válvula de segurança da câmara externa caso a pressão ultrapassar o limite, Botão de emergência no painel frontal e chave geral, Voltagem 220 volts trifásico, Potencia total da autoclave de 14kW; Consumo elétrico médio de 8kW/k; Dimensões da câmara interna de no mínimo de: largura: 400 mm, altura: 400 mm,, profundidade: 630 mm; dimensões externa: largura: 765 mm altura 1.650mm.x profundidade: 1.200 mm; Fabricada no Brasil de acordo com as normas: Nacionais: NBR 11816:2003, NBR 5410:2008, NBR ISO 17665-1:2010, NBR IEC 60601-1:2010, NBR IEC 60601-1-2:2010, NR-13 e RDC 15, 16, 17 Internacionais: ASME XIII, EN 285 e IEC 61010-1:2001, de qualidade e</p>



		<p>segurança Observação: A instalação com material hidráulico e elétrico do aparelho até os pontos de rede na parede deverá ser por conta da empresa contratada e garantia mínima de 1 (um) ano. As dimensões das câmaras e da autoclave poderão ter uma variação em até 10%. Acessórios necessários: 02 Carros externo inox com travamento nas rodas com dimensões compatíveis com o rack interno da autoclave, para retirada dos materiais esterilizados. 02 Racks interno com rodízios tipo cesta com prateleiras em aço inox, para armazenamento de materiais e instrumentais para esterilizar, compatível com dimensões da câmara interna da autoclave. Registro na ANVISA.</p>
2	78125	<p>LAVADORA ULTRASSÔNICA Gabinete Aço inox; Tampa basculante em vidro temperado ou aço inox, com sistema amortecimento interno e sensor para interromper o funcionamento com a tampa aberta; Cuba em Aço Inox 304 sem reentrâncias na parte superior que possam permitir entrada de água no circuito eletrônico; Painel de comando com sistema microprocessado com as seguintes funções mínimas: dosagem de detergente, tempo de limpeza, aquecimento da água, purgar dosador, máxima temperatura, enxágue; Display com visor e dimensões aproximadas de 123 x 43mm; controle do tempo de ciclo de ultrassom de no mínimo 01 a 99 minutos com passos de 1 em 1 minuto; Aquecimento por Resistências de inox por imersão com no mínimo 1600 Watts; Controle de temperatura – De temperatura ambiente até pelo menos 65°C (± 5°C); Geração de ultrassom que garanta cavitação em todas as partes do tanque com a mesma intensidade de no mínimo 40 KHz; Dosagem automática de detergente enzimático, impressora incorporada para registro e rastreamento do ciclo, Programa de enxágue, Filtro lavável da válvula de escoamento da cuba; Cesto em aço inox 304 aramado com aproveitamento de maior área útil no processo de limpeza; Entrada de água - Automática com conexão de ½; Saída de água - Automática com conexão de no mínimo 3/4 polegada; Sistemas de Segurança: Tampa aberta interrompe o funcionamento, nível máximo/mínimo de água e temperatura, Fusível de proteção de entrada e fusíveis dos transdutores; Frequência do ultrassom: 40Khz; Alimentação: 220 VAC; Dimensões internas mínima da cuba (LxPxA) 700x400x200 (mm), podendo sofrer variações de +- 10%, desde que não reduzam a capacidade útil da cuba de 20 litros; O equipamento deverá ser de utilizada em bancada para apoio.</p> <p>Acessórios: 01 (um) cesto em aço inoxidável compatível a cuba do equipamento; 01 (um) Cabo de força padrão ABNT compatível com a corrente do equipamento.</p> <p>Registro na ANVISA.</p>
3	78126	<p>SISTEMA DE OSMOSE REVERSA, sistema de purificação da água, com</p>



		controle de nível da água, com capacidade de produção de no mínimo de 60 L/H com capacidade de reservatório de no mínimo de 100 Litros. Registro na ANVISA.
4	78127	SELADORA DE GRAU CIRÚRGICO AUTOMÁTICA - Seladora hospitalar de Grau Cirúrgico; Tecnologia rotativa; Possuir borda de graduação; Ser para bancada; Alarme para temperatura; Controle de temperatura de selagem, faixas de 0°C a 220°C; Equipamento destinado ao CME para selar embalagem em vapor ou peróxido de hidrogênio composta por folha duplo de papel grau cirúrgico e filme termoplástico ou TYVEK; Botão de Emergência; 110V/220V, 50/60 Hz; Espessura de selagem mínima de 13 mm; Selagem na horizontal. Deve ter impressora integrada com as informações mínimas: data de esterilização, número do lote, técnico responsável, deve ter interface com o computador. Deve estar de acordo com a ABNT4.990-9, ISO 11.607-2 e RDC 15/ANVISA. Apresentar: Catálogo técnico contendo foto e descrição completa do equipamento, certificado de aprovação pelo INMETRO.
5	78128	INCUBADORA PARA TESTES BIOLÓGICOS DE AUTOCLAVE A VAPOR SOB PRESSÃO. Aparelho para a incubação de indicadores biológicos autocontidos utilizados na monitoração dos processos de esterilização. A incubadora deve ser instalada em sala própria, exclusiva para esterilização e /ou processamento de materiais. Incubar somente indicadores biológicos autocontidos que possuam o Geobacillus Stearothermophilus como microorganismo teste na incubação. Necessário ter mínimo 6 compartimentos para acondicionamento das ampolas de teste biológicos, que possibilite a realização do teste em 3 horas de incubação, cavidade com quebradora de ampola. Tensão: 100-240 V, ~50/60 Hz, Potência: mínimo de 15 Watts, temperatura de trabalho: 58° C +/- até 2 ° C de variação conforme ambientação, Umidade relativa: 20-80%. Registro na ANVISA.
6	78129	APARELHO DE RAIOS X MÓVEL DIGITAL com deslocamento motorizado e sistema digital integrado. Disparos de raios X e deslocamentos através de baterias internas, permitindo a realização de radiografias em leitos, unidade neonatal, emergência, entre outros. Coluna porta tubo retrátil giratória contrabalançada com braço telescópico ou articulado, montado sobre quatro rodízios, equipado com painel digital sem fio (FPD wireless), ajuste independente de kV e mAs, display digital com indicação de kV e mAs, no mínimo. Disparador com cabo de dois metros ou mais. Rotação da coluna do tubo de +/-225° ou maior. Rotação do tubo/colimador de ± 90° ou maior. Altura máxima do aparelho em posição de transporte: 138 cm. Máximo SID do chão: maior ou igual a 2010 mm. Mínimo SID do chão: menor ou igual a 725 mm. Alcance do braço do tubo: maior ou igual a 1110 mm. Cabo de alimentação retrátil para conexão em tomada padrão ABNT (20 Ampères,



2P+T) com no mínimo 2,5 metros. Possuir alimentação: 220 VAC ou 127/220VAC automático e 60Hz, com bateria recarregável com autonomia mínima de 30 minutos. Disparo para radiografia com o equipamento conectado em qualquer das duas condições, energia elétrica ou na bateria. Conjunto de baterias que suportem a funcionalidade total do equipamento (deslocamento, movimentação e disparo), sem estar conectado na tomada. O Equipamento deverá possuir solução 100% digital / Full digital (RX Móvel + Detector da mesma marca e família). Possuir gerador micro processado de alta frequência com potência igual ou superior a 32 kW. Faixa de ajuste de tensão do tubo de 40 a 125 kV ou faixa maior. Corrente radiográfica igual ou superior a 400 mA. Faixa de variação de mAs: 0,32 mAs a 320 mAs ou faixa maior em 48 passos ou mais. Tempo mínimo de exposição de 3,0 ms ou menor. Capacidade de memorização de 300 programas anatômicos ou mais. Tubo de raios X com anodo giratório e velocidade de rotação de 3000 RPM ou superior. Capacidade calórica do ânodo de 300 kHU ou maior. Ponto focal com duplo foco, com foco fino menor ou igual que 0,7 mm e grosso menor ou igual a 1,4 mm. O colimador deve possuir luz indicadora de LED do campo de irradiação, rotação para melhor posicionamento, temporizador da lâmpada com desligamento automático após 30 s e lâminas de chumbo com ajustes manuais para colimação do feixe de raios X. Acendimento da luz do colimador tanto na base do colimador no tubo, quanto do painel localizado no aparelho. O campo de radiação deverá cobrir a área de 35 x 43 cm a 1,0 m de distância foco-FPD. Detector de painel plano sem fio (FPD WIRELESS), de tamanho aproximado de 35 x 43 cm com matriz ativa mínima de 2330 x 2836 pixels ou melhor, tamanho do pixel menor que 150µm, resolução de 16 bits ou mais, Cintilador (CSL) Iodeto de Césio, capacidade de carga mínima do painel de 200Kg ou maior quando distribuído sobre toda superfície, podendo ser aceito suporte protetor que garante a capacidade de carga mínima solicitada, peso do painel de no máximo 3,5kg com baterias recarregáveis e carregadores para as baterias incluído. Grau de proteção IP55 ou superior. Cada detector deve acompanhar no mínimo 3 baterias removíveis e recarregáveis para continuidade do serviço, com módulo carregador. Também serão aceitos sistemas que utilizem capacitor interno ou fonte de energia interna similar. Quaisquer fontes de energia apresentadas deverão possuir vida útil de no mínimo 3 anos. Sistema ou mecanismo antifurto dos painéis digitais. Monitor de LCD de 17 polegadas ou superior integrado na unidade principal e com tela sensível ao toque que permita a visualização da imagem após a exposição. Visualização da imagem em 3 segundos ou menos após exposição. O sistema de imagens deve realizar ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), realce de bordas, medidas de distância e ângulo. Capacidade de armazenamento de 3.000 (três



		<p>mil) imagens ou mais no disco rígido. Possuir comunicação DICOM 3.0 ativos Print, Storage, DICOM Worklist liberados, RDSR, envio de imagens para sistema PACS. Possibilidade de exportação das imagens DICOM para outros formatos com JPEG e/ou PDF. Sistema de autenticação do usuário através de login e senha. Fornecimento de todos os cabos, painéis elétricos, conectores, softwares para exportação ao sistema PACS, indispensáveis ao perfeito funcionamento do sistema. O equipamento deve atender a Portaria nº 453/98- MS; NBR IEC 60601-1 e/ou posterior.</p> <p>Registro ANVISA: Deverá ser apresentado, juntamente com a proposta corrigida, Certificado de Registro do Produto, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA ou publicação no Diário Oficial, com data de registro e revalidação ou validade do registro.</p>
7	78130	<p>IMPRESSORA DRY -Sistema de impressão de filmes radiológicos com capacidade de impressão para três tamanhos simultâneos;</p> <p>Tamanho do pixel de 100/50 microns selecionáveis para todos os tamanhos;</p> <p>Máxima densidade óptica de impressão de 4.0;</p> <p>Permitir o carregamento dos filmes a luz do dia;</p> <p>Gavetas para filmes: 3 gavetas;</p> <p>Ajuste de densidade automática;</p> <p>Escala de cinza: 14 bits;</p> <p>Capacidade de memória local de pelo menos 1 GB;</p> <p>Impressão no padrão DICOM 3.0 Print SCP;</p> <p>DICOM NATIVO, ou seja, sem a necessidade de acessórios externos para conversão do sinal ao padrão DICOM;</p> <p>Para uso em modalidades médicas, com impressão de tecnologia e resolução geométrica mínima de 508 dpi para todas as imagens nela geradas;</p> <p>Alimentação: 110V/Bivolt 50/60 Hertz monofásico;</p> <p>Parametrização de todos os filtros dos exames de radiografia para atender os níveis de qualidades presentes na UPA;</p> <p>A interface do equipamento com o usuário deve ser em português.</p> <p>Registro na ANVISA.</p>

PRazo PARA ENTREGA

1.2. O prazo para entrega dos bens é de **30 (trinta) dias** para os equipamentos de esterilização, correspondentes aos itens 1, 2, 3, 4 e 5 e de **120 (cento e vinte) dias** para os equipamentos de radiologia, correspondentes aos itens 6 e 7, contados a partir do envio da nota de empenho ou documento equivalente, que será preferencialmente enviado por *e-mail*



ao endereço eletrônico fornecido pela adjudicatária na assinatura do contrato ou documento similar.

LOCAL PARA ENTREGA

Departamento	Endereço	Itens	Responsável	Demais informações
Centro Municipal de Especialidades (CEME)	Avenida Deputado Borsari Neto, nº 1000 Jardim Social	1, 2, 3, 4 e 5	Sérgio Borges de Lima	De segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 08h às 11h e das 13h às 16h00.
Pronto Atendimento Municipal (PAM)	Rua Caracas, 750 - Jd. Castelo - Sarandi-PR	1, 2 e 3	João Gabriel Gelinskas	De segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 08h às 15h.
Odontologia (Unidades Odontológicas da Rede Municipal)	Conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde	2 e 5	Servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde	A entrega dos equipamentos ocorrerá conforme demanda, em local e data previamente informados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação formal.
Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	Rua José Munhoz, 286 - Jardim Castelo	6 e 7	João Gabriel Gelinskas	De segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 08h às 15h.

Tabela 2

1.3. Os dados indicados na tabela acima podem sofrer alteração durante a vigência do instrumento contratual.

1.4. A contratada deverá arcar integralmente com todas as despesas relativas à instalação dos equipamentos especificados neste Termo de Referência, para todos os itens, incluindo, mas não se limitando a: autoclaves, seladoras de grau cirúrgico, lavadoras ultrassônicas, sistemas de osmose reversa, incubadoras biológicas, aparelhos de raio-X móveis e impressoras Dry, não sendo devido qualquer ônus adicional à Administração.

1.5. A instalação deverá ser realizada exclusivamente por técnico autorizado pelo fabricante, compreendendo, obrigatoriamente, a configuração inicial, calibração, testes de funcionamento, entrega técnica e liberação para uso, de modo a assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos.

1.6. A contratada será responsável por garantir que todos os equipamentos sejam entregues em perfeitas condições de operação, devidamente instalados e aptos ao uso imediato, atendendo integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de



Referência, sem prejuízo do cumprimento das demais exigências previstas neste instrumento e em seus anexos, bem como às normas do fabricante e às exigências sanitárias aplicáveis.

1.7. Ficam também sob responsabilidade da contratada todas as despesas com diárias, transporte e locomoção de técnicos, tanto para a instalação inicial quanto para eventuais atendimentos durante o período de garantia, sempre que houver necessidade de assistência técnica ou manutenção corretiva.

1.8. Caso o local para entrega tem como acesso via escada, fica o fornecedor ciente da obrigação de entregar até o andar indicado pela área requisitante, não cabendo qualquer ônus ao Município a este título.

RECEBIMENTO DO OBJETO

1.9. Os bens poderão ser recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

1.9.1 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.10. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias** úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

1.11. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **7 (sete) dias** úteis.

1.12. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

1.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

1.14. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



1.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

1.16. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

GARANTIA DO OBJETO

1.17. O prazo mínimo de garantia será de **12 (doze) meses**, ou aquele superior oferecido pelo fabricante do produto, prevalecendo o período mais vantajoso para a Contratante.

1.18. Durante o período de garantia, eventuais defeitos nos equipamentos fornecidos referentes a **todos os itens** deverão ser prontamente corrigidos pela Contratada. Nesses casos, os produtos (materiais/equipamentos) e seus componentes ou peças deverão ser substituídos por itens novos e originais, sem qualquer ônus para a Contratante, no prazo máximo de **10(dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento dos equipamentos.

1.19. Durante a vigência da garantia, a Contratada deverá disponibilizar atendimento técnico em horário comercial para suporte, manutenção corretiva ou substituição de componentes defeituosos, sempre que solicitado pela Contratante, em relação a **todos os itens**.

CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO PARA O OBJETO

1.20. Todos os equipamentos objeto da presente contratação deverão contar com manutenção técnica, a ser realizada preferencialmente no local onde estiverem instalados, de modo a assegurar a continuidade dos serviços, a redução de tempo de indisponibilidade e a adequada operacionalidade dos equipamentos.

1.21. Caso não seja possível realizar o conserto in loco, a remoção, acondicionamento, transporte e devolução dos equipamentos serão de responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante.

1.22. Nesses casos, deverá ser providenciada a substituição do equipamento por outro de modelo equivalente ou de qualidade superior, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contado a partir da retirada, permanecendo este com a Contratante durante todo o período de conserto.

1.23. A Contratada deverá realizar, gratuitamente, todos os serviços de manutenção corretiva e preventiva nos materiais e equipamentos até o final do período de garantia. Isso inclui, quando aplicável:

- I. Substituição de peças defeituosas;
- II. Calibração;
- III. Testes de segurança elétrica;
- IV. Outras intervenções conforme recomendação do fabricante.



1.24. O prazo para o primeiro atendimento técnico será de até 48 (quarenta e oito) horas úteis, contado a partir da abertura do chamado via telefone ou e-mail, desconsiderando finais de semana e feriados.

1.25. O conserto deverá ser concluído em até 10 (dez) dias úteis, salvo comprovada impossibilidade técnica ou de fornecimento, reconhecida formalmente pela Contratante.

CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA O OBJETO

1.26. Os equipamentos e materiais ofertados deverão possuir, impreterivelmente, assistência técnica autorizada pelo fabricante, ou prestadores de serviço capacitados, com condições de realizar atendimento presencial na região onde os equipamentos forem instalados, respeitando os seguintes prazos de atendimento: até 72 horas para equipamentos de esterilização e até 48 horas para equipamentos de radiologia.

1.27. Sempre que houver a realização de suporte técnico durante o período de garantia, a Contratada deverá apresentar relatórios detalhados, contendo:

- I. Descrição dos serviços executados;
- II. Informações sobre anormalidades ou falhas identificadas nos materiais e/ou equipamentos;
- III. Ações corretivas adotadas.

TREINAMENTO

1.28. Deverá ser aplicado treinamento operacional gratuito aos colaboradores responsáveis pela operação de todos os equipamentos fornecidos, objeto deste elemento técnico, a ser ministrado no local de instalação, sem qualquer custo adicional para a Contratante, contemplando todas as equipes da instituição que utilizarão os equipamentos, de modo a abranger os diferentes turnos de trabalho.

1.29. O treinamento operacional deverá ser iniciado no prazo máximo de 01 (uma) semana, contado a partir da conclusão da instalação e da realização dos testes de funcionamento dos equipamentos, e será ministrado no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.30. Caso a Contratante constate a necessidade de reciclagens no treinamento operacional durante o período de garantia, a Contratada deverá atendê-las sem qualquer ônus adicional, desde que acordadas entre as partes com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, observando-se o limite máximo de 02 (dois) treinamentos por ano, durante a vigência da garantia de aquisição. As reciclagens, quando aplicáveis, poderão ser realizadas de forma remota, desde que atendam às necessidades da Contratante.

1.31. A contratada será obrigada a fornecer treinamento técnico a, no mínimo, 02 (duas) pessoas da equipe técnica do Município, sem ônus à Contratante, de modo a permitir o diagnóstico inicial de eventuais falhas e a execução de manutenções de baixa complexidade nos equipamentos adquiridos, após o término da garantia de aquisição.

1.32. Esse treinamento técnico também poderá ocorrer de forma remota, quando aplicável e desde que atenda às necessidades da Contratante.



2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na Lei nº 14.133/2021:
- 4.1.1 Em conformidade com o art. 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), os licitantes deverão, preferencialmente, ofertar produtos acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, contribuindo para a redução de resíduos sólidos.
- 4.1.2 A Contratada será integralmente responsável pelo cumprimento das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas técnicas federais, estaduais e municipais, direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto contratado, especialmente no que se refere às exigências de caráter ambiental, sanitário, de segurança e sustentabilidade.

HÁ LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE DEVE SER CONSIDERADA NESTE PROCESSO?

- 4.2. Não.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. Os bens deverão ser entregues nas condições e exigências previstas neste termo. Caso não seja possível a entrega no prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dias** de antecedência para qualquer pleito de prorrogação do prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.2. O objetivo do presente certame é viabilizar a aquisição dos bens necessários ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade, mediante valores previamente estabelecidos, assegurando maior eficiência administrativa, planejamento das contratações e economia aos cofres públicos.
- 5.3. Resultado pretendido: Garantir a eficiência e a economicidade nas aquisições realizadas para a Secretaria manter suas atividades.



6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A gestão e fiscalização do instrumento contratual seguirá, no que couber, o contido na [Instrução Normativa nº 17/2023– Controladoria Geral do Município de Sarandi](#).

6.6. O(s) gestor(es) e fiscal(is) da execução do objeto deste processo são os indicados nas Portarias nº 1657/2026 e 1193/2025, ou aquela que vier a substituir e/ou no quadro abaixo:

	Nome	Matrícula
Gestor:	William Vinicius Ribeiro	9190
Fiscal:	Sergio Borges de Lima	10221
Fiscal:	Rui da Anunciação Lima	10241

7 ASPECTOS CONTRATUAIS

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

SUBCONTRATAÇÃO

7.2. Não será admitida a subcontratação do objeto desta licitação.

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

7.3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente a data de divulgação no [Portal Nacional de Contratações](#)



Públicas - PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.3.1 O encerramento da vigência não interrompe a obrigação de prestação da garantia e suporte técnico, devendo a CONTRATADA, na falta de compromisso do fabricante, honrá-la

7.4. O contrato ou instrumento hábil que o substitui oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a vigência da contratação.

JUSTIFICATIVA PARA A NÃO ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE RISCOS

7.5. Considerando que o objeto do presente processo refere-se à futura e eventual aquisição de equipamentos de esterilização e radiologia, classificados como bens permanentes padronizados, destinados ao atendimento do Centro Municipal de Especialidades (CEME), da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Pronto Atendimento Municipal (PAM) e do setor de Odontologia do Município, entende-se que a contratação apresenta baixa complexidade técnica e operacional, com riscos previsíveis, os quais são adequadamente mitigados pelas cláusulas contratuais gerais, não demandando a adoção de mecanismos adicionais de gestão de riscos.

7.6. Nos termos do §3º do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, a elaboração da Matriz de Riscos poderá ser dispensada quando, de forma justificada, não se identificar a necessidade de alocação específica de riscos entre contratante e contratado. Diante disso, não se justifica a elaboração de uma Matriz de Riscos específica para esta contratação, haja vista que:

- Os bens a serem adquiridos possuem características padronizadas e são comumente ofertados no mercado;
- Os riscos envolvidos são mínimos e previsíveis, estando adequadamente contemplados nas cláusulas contratuais gerais;
- Trata-se de um Registro de Preços, que por sua natureza não gera obrigação imediata de contratação, o que reduz ainda mais a exposição a riscos específicos.
- Ressalta-se que eventuais situações de risco que venham a surgir durante a contratação e execução serão tratadas conforme os dispositivos da legislação vigente, das cláusulas contratuais e das normas internas da Administração Pública, garantindo a adequada gestão contratual.

REAJUSTE

7.7. Em caso de reajuste de preços, aplicar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

7.8. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no instrumento contratual ou equivalente.



OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.9. As obrigações do contratante são aquelas apresentadas no instrumento contratual ou equivalente.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.10. As obrigações do contratado são aquelas apresentadas no instrumento contratual ou equivalente.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.11. As sanções administrativas são aquelas apresentadas no instrumento contratual ou equivalente.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. O recebimento e a aceitação deste objeto obedecerão ao disposto no art. 140 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no que lhes for aplicável, conforme previsto no tópico “[Recebimento do Objeto](#)” deste termo.

8.2. Demais condições para liquidação e pagamento são as apresentadas no instrumento contratual ou equivalente.

9 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

METODOLOGIA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, por meio do Sistema Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, com adjudicação por item.

Justificativa para adoção da modalidade Pregão na forma Eletrônico:

A escolha da modalidade Pregão, na forma eletrônica, está fundamentada no art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que as licitações devem ser, preferencialmente, realizadas sob a forma eletrônica, em atenção aos princípios da eficiência, economicidade, ampla competitividade e publicidade.

Além disso, o art. 29 da mesma lei determina que a modalidade pregão será obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado.

No caso em questão, trata-se da aquisição de equipamentos de esterilização e radiologia, cujas especificações técnicas são objetivamente definidas e padronizadas, o que caracteriza o objeto como bem comum, perfeitamente enquadrado na modalidade pregão.



A adoção da forma eletrônica proporciona vantagens significativas à administração pública, tais como:

- *Ampla participação de fornecedores, inclusive de outras regiões, o que aumenta a competitividade e a possibilidade de obtenção de melhores preços;*
- *Maior transparência e rastreabilidade dos atos do procedimento;*
- *Redução de custos operacionais e de tempo no trâmite da licitação;*
- *Incentivo à competitividade entre os licitantes;*
- *Facilidade de controle e fiscalização dos atos administrativos.*

Diante do exposto, justifica-se a adoção da modalidade Pregão, na forma eletrônica, por ser a mais adequada à natureza do objeto, atender às exigências legais e garantir os princípios constitucionais da administração pública.

Justificativa adequada para a característica da natureza do objeto “Bem comum”:

Os itens a serem adquiridos são classificados como bens comuns, uma vez que possuem especificações usuais no mercado, com padrões de desempenho e qualidade objetiva e previamente definidos neste instrumento, conforme exigido pelo art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Tais características permitem a comparação de propostas com base em critérios claros e objetivos, sem necessidade de julgamento técnico subjetivo, o que caracteriza o objeto como adequado à modalidade pregão.

Ressalta-se, ainda, que o objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme o Decreto Municipal nº 620/2021.

Dessa forma, justifica-se a natureza de bem comum do objeto em questão, sendo plenamente adequada à forma de aquisição proposta, em observância aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

9.1. Não se aplica.

Justificativa (art. 18, IX da L14133/21):

Nos termos do artigo 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio não se aplica à presente licitação, cujo objeto consiste no registro de preços para a aquisição de equipamentos de esterilização e radiologia, destinados ao atendimento do Centro Municipal de Especialidades (CEME), da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Pronto Atendimento Municipal (PAM) e do setor de Odontologia, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR.

A vedação à participação de consórcios justifica-se pela natureza específica, técnica e padronizada dos equipamentos a serem adquiridos, os quais demandam responsabilidade direta e exclusiva do fornecedor, de modo a assegurar a qualidade dos bens, o funcionamento adequado, bem como a garantia, assistência técnica e suporte especializado durante o período contratual.

A participação em consórcio poderia acarretar dificuldades na definição clara das responsabilidades entre as empresas consorciadas, com potencial prejuízo à agilidade no atendimento, à resolução de eventuais falhas técnicas e à continuidade dos serviços de saúde,



especialmente em unidades assistenciais essenciais como o CEME, a UPA, o PAM e o setor de Odontologia.

Ademais, a natureza dos equipamentos requer a atuação de um único fornecedor, a fim de garantir a integridade do fornecimento, evitar riscos de incompatibilidade técnica e assegurar a padronização dos equipamentos instalados, o que contribui para a segurança operacional, a eficiência da manutenção e a uniformidade dos procedimentos adotados.

Dessa forma, a exclusão da participação de consórcios visa preservar a transparência, a segurança jurídica do processo licitatório e a efetividade da contratação, assegurando que o objeto seja executado com os níveis de qualidade, confiabilidade e eficiência necessários ao adequado atendimento da saúde pública municipal.

TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MPE

☒ Desempate ficto, prazo para regularidade fiscal - aplicáveis a todos os itens, nos termos dos arts. 44 e 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

Itens licitados de forma exclusiva para MPE

(Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 – valor total estimado igual ou inferior a R\$ 80.000,00)

- **Item 03, código 78126** – Sistema de Osmose Reversa;
- **Item 05, código 78128** – Incubadora para testes biológicos de autoclave a vapor sob pressão

Itens licitados em ampla concorrência, com benefícios às MPE

(Desempate ficto e prazo para regularização fiscal)

- **Item 01, código 78124** – Autoclave Horizontal de no mínimo 100 litros;
- **Item 02, código 78125** – Lavadora Ultrassônica;
- **Item 04, código 78127** – Seladora de Grau Cirúrgico Automática;
- **Item 06, código 78129** – Conjunto Radiológico Móvel motorizado;
- **Item 07, código 78130** – Impressora Dry.

Cota reservada de quantidade

(art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006)

A aplicação da cota reservada de até 25% da quantidade dos itens, prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, foi afastada no presente certame em razão da inviabilidade técnica e econômica de fracionamento, considerada de forma cumulativa a natureza dos equipamentos e os quantitativos reduzidos por item, que variam de 2 (duas) a 5 (cinco) unidades.

O fracionamento dos itens nessas condições resultaria, em regra, em cotas inferiores a uma unidade ou exigiria arredondamentos artificiais, caracterizando divisão artificial do objeto, sem correspondência com a real necessidade administrativa. Tal prática poderia comprometer a padronização técnica dos equipamentos, a competitividade do certame e a economicidade da contratação, especialmente em se tratando de equipamentos médico-hospitalares, cuja uniformidade impacta diretamente a operação, manutenção, treinamento de pessoal e segurança do uso.

Ademais, a criação de cotas de quantidade para objetos de fornecimento unitário ou de elevada complexidade tecnológica tende a reduzir a competitividade, ao invés de ampliá-la, podendo afastar fornecedores tecnicamente aptos e comprometer a obtenção da proposta



mais vantajosa para a Administração, em afronta aos princípios previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a Administração adotou todas as demais medidas legalmente previstas de tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assegurando, para todos os itens, a aplicação dos benefícios do desempate ficto e do prazo para regularização fiscal, nos termos dos arts. 44 e 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como a licitação exclusiva para os itens cujo valor total estimado se enquadra no limite legal.

Dessa forma, a não aplicação da cota reservada de quantidade mostra-se juridicamente adequada, tecnicamente justificada e alinhada ao interesse público, preservando a economicidade, a padronização dos equipamentos, a ampla competitividade do certame e a eficiência da contratação, sem afastar o tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observado na medida do possível e legalmente cabível.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.2. Além das exigências apresentadas no Edital, a proposta deverá conter:

- I. Marca e Modelo para cada item cotado, conforme motivação apresentada no ETP;
- II. Número do registro dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 junto a ANVISA; conforme motivação apresentada no ETP;
 - a) Alternativamente, quando o produto for isento de registro, o licitante deverá indicar expressamente a isenção e anexar documentação comprobatória da isenção de registro para o produto licitado.
 - b) Para os itens em que for apresentada cópia do registro do produto, deverá constar a data de validade do registro vigente, bem como a data de impressão do documento obtido no site da ANVISA, sendo que esta data de impressão não poderá ultrapassar 60 (sessenta) dias da data de envio da proposta.
- III. Número do registro do item 4 junto ao INMETRO, conforme motivação apresentada no ETP;
- IV. Descrição do objeto, contendo as informações iguais ou similares à especificação do Termo de Referência;
- V. Para todos os itens, a licitante deverá apresentar manuais, catálogos ilustrativos e/ou folders do fabricante, em formato impresso ou eletrônico, redigidos em língua portuguesa, contendo informações técnicas completas dos equipamentos ofertados, de modo a possibilitar a avaliação, conferência e verificação da conformidade com os requisitos e especificações estabelecidos neste instrumento.
- VI. A documentação apresentada deverá ser compatível com o modelo ofertado, correspondente ao item proposto e suficiente para permitir a análise técnica da proposta.



FORMA DE FORNECIMENTO

Parcelado.

FORMA DE CONTRATAÇÃO

☒ Sistema Registro de Preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens/serviços registrados, nas seguintes situações:

- I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- IV. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Justificativa:

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se adequada, vantajosa e juridicamente amparada para a presente contratação, em observância aos princípios da economicidade, do planejamento, da eficiência e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O objeto da contratação compreende a aquisição de equipamentos de esterilização e radiologia, classificados como bens permanentes padronizados, com especificações técnicas objetivamente definidas e ampla disponibilidade no mercado, destinados ao atendimento do Centro Municipal de Especialidades Médicas (CEME), da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Pronto Atendimento Municipal (PAM) e dos serviços de Odontologia da rede municipal de saúde. Embora os quantitativos estimados sejam reduzidos, a demanda não se apresenta de forma imediata nem simultânea, estando condicionada à disponibilidade orçamentária, ao planejamento assistencial e, sobretudo, às condições físicas e estruturais das unidades que receberão os equipamentos.

Nesse contexto, o SRP revela-se instrumento especialmente adequado por permitir o registro prévio de preços, possibilitando que a Administração realize as aquisições de forma gradativa e conforme a efetiva necessidade, sem a obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade dos quantitativos estimados. Tal sistemática evita aquisições antecipadas, a formação de estoques inadequados e a ociosidade de bens de elevado valor unitário, mitigando riscos de ineficiência administrativa, desperdício de recursos públicos e prejuízo ao erário.

Ressalta-se, ainda, que a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e os serviços de Odontologia apresentam dinâmicas operacionais distintas, cujas demandas estão condicionadas à disponibilidade de espaços físicos adequados para a instalação dos equipamentos. Ademais, o Pronto Atendimento Municipal (PAM) encontra-se em fase de implantação e, embora exista



cronograma previsto para a conclusão da obra, eventos supervenientes e fortuitos podem impactar os prazos inicialmente estabelecidos. Soma-se a isso a previsão de reforma estrutural do Centro Municipal de Especialidades Médicas (CEME), circunstância que torna incerto o momento exato para a instalação dos bens.

Diante desse cenário, o Sistema de Registro de Preços assegura à Administração a flexibilidade necessária para formalizar as contratações apenas quando houver plena disponibilidade da infraestrutura física e operacional das unidades envolvidas, promovendo o alinhamento entre a entrega dos equipamentos e a capacidade de utilização imediata, reduzindo riscos logísticos e financeiros e assegurando a aplicação eficiente, racional e responsável dos recursos públicos, com a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3.1 Para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, os seguintes documentos:

- I. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- VI. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



VII. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VIII. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.3.3 Para fins de HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, deverá o licitante apresentar, conforme o caso, os seguintes documentos:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - a) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



9.3.4 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.3.5 Para fins de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, deverá o licitante apresentar, conforme o caso, os seguintes documentos:

- I. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- II. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Justificativa para exigência de qualificação econômico-financeira (art. 18, IX da L14133/21):

A exigência de qualificação econômico-financeira tem por finalidade assegurar que a licitante detenha capacidade financeira compatível com as obrigações decorrentes da contratação, especialmente no que se refere ao fornecimento de equipamentos de esterilização, destinados ao Centro Municipal de Especialidades (CEME), ao Pronto Atendimento Municipal (PAM) e ao setor de Odontologia, bem como de equipamentos de radiologia, destinados à Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Trata-se de contratação de caráter estratégico e essencial, cujo objeto está diretamente relacionado à manutenção das atividades assistenciais da rede pública municipal de saúde. A eventual incapacidade econômico-financeira da contratada poderia resultar em inadimplemento contratual, atrasos no fornecimento, interrupção da entrega dos equipamentos ou prejuízos à garantia e ao suporte técnico, comprometendo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

Nesse contexto, a Administração Pública deve adotar mecanismos preventivos de mitigação de riscos, de modo a assegurar a regular execução contratual e a proteção do interesse público. A exigência de qualificação econômico-financeira encontra respaldo no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, e observa os princípios do planejamento, da eficiência, da continuidade do serviço público, do interesse público e da segurança jurídica.

Por meio dessa exigência, a Administração poderá avaliar, de forma prévia, objetiva e proporcional, a capacidade da futura contratada de assumir e cumprir integralmente suas obrigações financeiras ao longo da execução contratual, reduzindo a probabilidade de falhas que impactem a prestação dos serviços de saúde.

Dessa forma, a exigência de qualificação econômico-financeira configura-se como medida necessária, adequada e proporcional à natureza e à relevância do objeto, demonstrando a diligência da Administração na seleção de fornecedores idôneos e aptos a garantir o fiel cumprimento do contrato.

Qualificação Técnica

9.3.6 Para fins de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, deverá o licitante apresentar, conforme o caso, os seguintes documentos:



I. **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE):** Para todos os itens, os detentores do registro, fabricantes ou distribuidores deverão apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em conformidade com a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e o Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, compatível com a atividade desenvolvida pela licitante e com os objetos licitados.

II. **Licença Sanitária:** Para todos os itens, será exigida a apresentação de Licença Sanitária válida e atualizada do detentor do registro, fabricante ou distribuidor, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária competente. Na hipótese de a licença encontrar-se vencida, deverá ser apresentado o protocolo de solicitação de revalidação, acompanhado da Licença Sanitária vencida, desde que em conformidade com a legislação sanitária vigente.

Justificativa para exigência de qualificação técnica (art. 18, IX da L14133/21):

A exigência de apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e da Licença Sanitária atualizada pelo licitante se justifica em razão da natureza específica dos produtos a serem fornecidos, os quais estão sujeitos ao controle sanitário federal, conforme a Lei nº 6.360/1976 e o Decreto nº 8.077/2013. Tais documentos comprovam que a empresa detentora do registro ou fabricante está devidamente autorizada pelos órgãos competentes a exercer atividades relacionadas à fabricação, distribuição ou comercialização de produtos regulados pela vigilância sanitária.

A adoção desses requisitos visa assegurar que os equipamentos ofertados atendam aos padrões de segurança, eficácia e qualidade exigidos para comercialização, garantindo a preservação da saúde pública e a mitigação de riscos sanitários associados ao fornecimento de produtos irregulares. Trata-se, portanto, de medida necessária, proporcional e adequada ao objeto licitado, alinhada ao disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, que permite a exigência de comprovação de qualificação técnica quando indispensável à plena execução do objeto e à proteção do interesse público.

DEMAIS EXIGÊNCIAS

9.4. Há outras exigências que deva ser considerada na contratação?

Não.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.550.213,07 (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, duzentos e treze reais e sete centavos), conforme custos unitários apostos na [Tabela 1](#) deste instrumento.

10.1.1 Para definir os preços máximos aceitáveis, foi realizada uma pesquisa de preços conforme o artigo 23 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#). A metodologia utilizada para determinar esses preços está detalhada no MAPA DE PESQUISA, que se encontra anexado ao processo.



11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Previsão orçamentária para contratação:

☒ Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, não se aplica.

11.2. Rubrica orçamentária para contratação:

10.001.10.122.0009.1.228.4.4.90.52.00.00. - 1303 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.10.122.0009.1.228.4.4.90.92.00.00. - 1000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
10.001.10.122.0032.1.227.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.10.301.0017.1.222.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.10.301.0017.1.229.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.10.302.0017.1.223.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.10.303.0017.1.224.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.10.303.0017.1.230.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.10.304.0018.1.225.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.10.304.0018.1.225.4.4.90.52.00.00. - 1510 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.10.305.0019.1.226.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.10.305.0019.1.226.4.4.90.52.00.00. - 6494 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

11.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

11.3.1 Os recursos são de Transferências Voluntárias Federal para o Município: Sim.

11.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR necessita realizar registro de preços para a aquisição de equipamentos de esterilização e de radiologia, destinados ao atendimento do Centro Municipal de Especialidades (CEME), da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Pronto Atendimento Municipal (PAM) e do setor de Odontologia. Os equipamentos discriminados a seguir foram selecionados em razão da essencialidade, do uso contínuo e da necessidade de adequação às normas sanitárias e técnicas vigentes, garantindo a segurança dos pacientes, a eficiência operacional e a continuidade dos serviços de saúde:

I. Equipamentos de Esterilização

A aquisição de autoclave, seladora de papel grau cirúrgico, lavadora ultrassônica, sistema de osmose reversa e incubadora biológica é indispensável para garantir a adequada esterilização dos materiais utilizados nos atendimentos médicos e odontológicos realizados nas unidades de saúde do Município de Sarandi/PR. Tais processos devem estar integralmente alinhados às exigências estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) — especialmente a RDC nº 15/2012 (boas práticas para processamento de produtos para saúde) — e às normativas do Conselho Federal de Odontologia (CFO), que disciplinam a segurança no processamento de instrumentais odontológicos.

Atualmente, diversos equipamentos em funcionamento possuem mais de 10 anos de uso, apresentam desgaste natural decorrente da vida útil e operam com tecnologia já obsoleta. Isso compromete a eficiência do ciclo de esterilização, aumenta a probabilidade de falhas operacionais e eleva os riscos relacionados à segurança dos pacientes e profissionais da saúde.

Assim, a contratação justifica-se pelos seguintes fatores:

• Segurança Sanitária

Os equipamentos de esterilização têm papel central na eliminação de microrganismos patogênicos, garantindo que todo material processado esteja seguro para reutilização. A utilização de autoclaves adequadas, lavadoras ultrassônicas de alta eficiência e incubadoras biológicas permite a validação dos ciclos, reduzindo de forma significativa o risco de infecções cruzadas — um dos principais indicadores de qualidade em serviços de saúde. O sistema de osmose reversa, por sua vez, assegura a qualidade da água utilizada no processo de esterilização, evitando contaminação por sais minerais ou impurezas.

• Qualidade no Atendimento e Continuidade dos Serviços

Equipamentos modernos permitem ciclos mais rápidos, regulares e confiáveis, garantindo maior disponibilidade de instrumentos esterilizados durante todo o período de atendimento. Isso evita atrasos, a necessidade de improvisações, e a reutilização inadequada de materiais — prática incompatível com os padrões técnicos vigentes. Uma Central de



Esterilização eficiente impacta diretamente a qualidade assistencial e a segurança do paciente.

- **Eficiência Operacional**

O processamento automático e padronizado proporcionado pelos novos equipamentos reduz o tempo entre atendimentos e diminui a intervenção manual dos profissionais, reduzindo erros operacionais e ampliando a capacidade de atendimento das unidades de saúde. Em períodos de alta demanda, como campanhas de saúde, atendimentos emergenciais ou aumento do fluxo odontológico, a disponibilidade de equipamentos modernos evita gargalos operacionais e sobrecarga da equipe.

- **Adequação às Normas Técnicas e Redução de Riscos Legais**

A legislação sanitária exige que o processamento de produtos para saúde seja realizado com equipamentos adequados, calibrados e em boas condições de funcionamento. A substituição dos equipamentos antigos evita riscos de autuações pela vigilância sanitária, falhas no processo de esterilização e eventos adversos que possam resultar em responsabilização administrativa ou judicial do ente público.

Além disso, a aquisição garante a conformidade com requisitos de biossegurança, rastreabilidade dos ciclos e procedimentos de garantia de qualidade.

- **Valorização do Serviço Público e Melhoria da Imagem Institucional**

A modernização dos equipamentos demonstra o compromisso do Município com a segurança, eficiência e humanização do atendimento público em saúde. A substituição de tecnologias defasadas por modelos atualizados promove maior confiança dos profissionais que atuam no serviço e da população atendida, reforçando a credibilidade do SUS e contribuindo para um ambiente de trabalho mais seguro, eficiente e organizado.

Conclusão

Diante do exposto, a aquisição dos equipamentos de esterilização é imprescindível para assegurar a segurança sanitária, elevar a qualidade operacional das unidades de saúde e cumprir integralmente as normas vigentes. Trata-se de investimento indispensável à manutenção da eficiência dos serviços, à proteção da saúde da população e à modernização da infraestrutura pública, garantindo um padrão de atendimento seguro, atualizado e alinhado às boas práticas recomendadas pelos órgãos reguladores.

II. Equipamentos de Radiologia

A aquisição de um **aparelho de raio-x móvel motorizado** e de uma **impressora Dry** é fundamental para garantir a continuidade, eficiência e modernização dos serviços de diagnóstico por imagem prestados pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR. Esses equipamentos são essenciais para o atendimento emergencial, permitindo que exames sejam realizados com rapidez, precisão e segurança, viabilizando diagnósticos clínicos mais assertivos e intervenções imediatas.

Atualmente, a UPA dispõe apenas de um equipamento de raio-x **convencional**, com aproximadamente **12 anos de uso**, apresentando desgaste natural, limitações tecnológicas e



episódios recorrentes de paralisação. A obsolescência do equipamento compromete diretamente a qualidade das imagens, aumenta o tempo de processamento e expõe a equipe e os pacientes a maiores doses de radiação, em comparação com as tecnologias digitais mais modernas. Além disso, a interrupção do serviço impõe a necessidade de encaminhamento de pacientes para outras instituições, gerando **aumento de custos, risco assistencial, demora no atendimento, e sobrecarga na rede de saúde de municípios vizinhos**.

Diante desse cenário, a aquisição de novos equipamentos de radiologia justifica-se pelos seguintes aspectos:

• **Melhoria substancial da qualidade diagnóstica**

Os novos equipamentos digitais possibilitam a captura de imagens com:

- Maior resolução espacial;
- Melhor nitidez e contraste;
- Redução de artefatos e ruídos;
- Capacidade de ajustes pós-processamento (zoom, realce de tecidos, contraste).

Esses fatores ampliam significativamente a acurácia diagnóstica, permitindo diferenciar fraturas, lesões, densidades, infiltrações pulmonares e outras condições clínicas com maior clareza. Essa precisão é essencial no contexto da urgência e emergência, onde a rapidez e assertividade da conduta médica impactam diretamente o desfecho do paciente.

• **Maior eficiência operacional e agilidade no atendimento**

Equipamentos modernos de raio-x móvel motorizado permitem:

- Posicionamento otimizado do aparelho ao lado do leito;
- Mobilidade para atender pacientes politraumatizados, acamados ou com restrições de movimento;
- Redução do tempo de preparo e exposição.

Aliado à **impressora Dry**, que elimina a dependência de filmes convencionais e soluções químicas, o fluxo de trabalho torna-se mais rápido e limpo, permitindo que a equipe médica visualize exames imediatamente. Isso reduz filas, aumenta a rotatividade dos leitos e melhora o atendimento em períodos de alta demanda.

• **Redução da exposição á radiação e aumento da segurança**

As tecnologias digitais empregam sensores e detectores mais sensíveis, possibilitando:

- Redução de até 50% na dose de radiação necessária para obtenção da imagem;
- Menor risco ocupacional aos trabalhadores da radiologia;
- Maior segurança ao paciente, especialmente gestantes, crianças e idosos.

Esse benefício está diretamente alinhado ao princípio ALARA (As Low As Reasonably Achievable), adotado internacionalmente para proteção radiológica.

• **Ampliação da capacidade interna e redução de encaminhamentos externos**



Com equipamentos atualizados e confiáveis, a UPA:

- Passa a operar com maior autonomia;
- Reduz drasticamente encaminhamentos para clínicas externas;
- Evita atrasos na definição de condutas médicas;
- Aumenta a resolutividade dos atendimentos emergenciais.

Essa capacidade reforça o papel da UPA como unidade de referência para urgência e emergência no município, reduzindo gastos com serviços terceirizados ou especializados.

• **Modernização tecnológica e conformidade com padrões atuais**

A evolução das normas e diretrizes de radioproteção, emissão de laudos e informática médica exige equipamentos compatíveis com:

- Sistemas PACS;
- Integração digital com prontuários eletrônicos;
- Armazenamento de imagens em meios seguros e rastreáveis.

Equipamentos obsoletos não atendem a esses requisitos, podendo gerar passivos técnicos, riscos legais e perda de eficiência na assistência.

• **Continuidade dos serviços essenciais e mitigação de riscos**

A falha ou paralisação do equipamento atual representa risco imediato à assistência, especialmente em situações como:

- Acidentes de trânsito;
- Traumas ortopédicos;
- Diagnósticos pulmonares emergenciais;
- Casos de violência urbana;
- Avaliação de dor torácica ou abdominal.

A substituição por equipamentos modernos evita interrupções, reduz custos com manutenção corretiva e assegura que o serviço de diagnóstico por imagem permaneça contínuo, rápido e confiável.

Conclusão

Diante do exposto, a aquisição do aparelho de raio-x móvel motorizado e da impressora Dry é medida indispensável para garantir a qualidade do atendimento, a segurança dos profissionais, a eficiência operacional e a confiabilidade diagnóstica da UPA. Trata-se de investimento essencial para modernizar o parque tecnológico da saúde municipal, assegurar a plena continuidade do serviço e fortalecer a capacidade de resposta às demandas de urgência e emergência do Município de Sarandi/PR.

Consideração Geral

A presente contratação visa suprir necessidades essenciais da Rede Municipal de Saúde de Sarandi/PR, por meio da aquisição de equipamentos de esterilização e de radiologia



indispensáveis ao funcionamento adequado do Centro Municipal de Especialidades Médicas (CEME), da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Pronto Atendimento Municipal (PAM) e dos serviços de Odontologia da rede municipal de saúde. Os itens contemplados atendem a requisitos técnicos, sanitários e operacionais fundamentais para garantir a segurança dos pacientes, a proteção dos profissionais de saúde e a continuidade dos serviços assistenciais.

Os equipamentos de esterilização asseguram o cumprimento rigoroso das normas de biossegurança estabelecidas pelos órgãos reguladores, sendo essenciais para a prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde, especialmente nas unidades assistenciais e nos serviços odontológicos. Por sua vez, os equipamentos de radiologia contribuem para maior precisão diagnóstica, agilidade no atendimento, qualificação do suporte clínico e modernização tecnológica das unidades, em especial da UPA e do PAM.

A aquisição conjunta desses equipamentos observa o princípio da eficiência, promove a racionalização dos processos de compra, favorece a padronização tecnológica da rede municipal de saúde e contribui para a melhoria contínua da assistência prestada à população.

Dessa forma, todos os itens relacionados apresentam relevância direta e imediata para o aprimoramento da infraestrutura da saúde pública municipal, configurando investimento necessário, estratégico e alinhado às diretrizes de qualidade, segurança, integralidade e resolutividade preconizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Área	Sec. de Saúde – Departamento de Compras
Responsável	Sérgio Borges de Lima
Matrícula	10221
Responsável	Rui da Anunciação Lima
Matrícula	10241
Telefone	(44) 3288-7000
E-mail	adm.saude@sarandi.pr.gov.br

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Até o presente momento, este Município não possui Plano de Contratações Anual – PCA, elaborado e vigente.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Conformidade Técnica e Normativa

Os equipamentos a serem adquiridos deverão atender integralmente às características técnicas exigidas, em conformidade com as regulamentações vigentes, incluindo Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC/ANVISA), normas ABNT, ISO e NBR, bem como certificações aplicáveis do INMETRO. Tais requisitos asseguram qualidade, desempenho adequado, segurança sanitária e conformidade legal, considerando que os itens serão



utilizados em processos críticos de esterilização, diagnóstico por imagem e processamento de materiais em saúde.

3.2 Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, priorizando equipamentos com maior eficiência energética, menor geração de resíduos, maior durabilidade e menor impacto ambiental. A contratada deverá comprovar a destinação ambientalmente adequada de embalagens, resíduos e peças substituídas, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.3 Indicação de Marca e Modelo

Para garantir a correta avaliação das propostas e assegurar que os equipamentos ofertados atendam integralmente às especificações técnicas, será exigida a indicação de marca e modelo de todos os itens, acompanhada de manual, catálogo técnico completo ou folders do fabricante, bem como descrição detalhada do equipamento. A indicação de marca e modelo é essencial para comparar objetivamente as propostas, verificar aderência às normas ABNT/ISO/NBR e às regulamentações sanitárias, e evitar o fornecimento de produtos inferiores ou incompatíveis com as necessidades do serviço de saúde.

3.4 Registro na ANVISA

Todos os itens deverão apresentar registro válido na ANVISA, ou, quando aplicável, documentação que comprove a isenção. O registro assegura a avaliação técnica e sanitária quanto à segurança, eficácia, desempenho e rastreabilidade dos produtos, conforme previsto na Lei nº 6.360/1976, no Decreto nº 8.077/2013 e nas RDCs específicas que tratam da regularização de produtos médicos. Essa medida garante a proteção à saúde pública e previne riscos operacionais, falhas, contaminações e demais danos a pacientes e profissionais.

3.5 Certificação do INMETRO

Será obrigatória a apresentação de certificação do INMETRO para a Seladora de Grau Cirúrgico Automática, por se tratar de equipamento que envolve riscos elétricos, mecânicos, térmicos e eletrônicos. A certificação assegura conformidade com os requisitos de segurança elétrica, estabilidade térmica, desempenho adequado dos componentes, redução de riscos operacionais e garantia da qualidade necessária para o processamento seguro de materiais no CEME. Somente serão aceitos equipamentos devidamente certificados, em conformidade com as normas aplicáveis e com registro válido junto ao INMETRO.

3.6 Treinamento dos Servidores

A contratada deverá fornecer treinamento completo aos servidores responsáveis pela operação e manutenção básica **de todos os equipamentos fornecidos**, garantindo uso adequado, segurança operacional, prevenção de danos e prolongamento da vida útil. O treinamento deverá ocorrer antes do recebimento definitivo e incluir material didático e certificado de conclusão.

3.7 Garantia da Contratação



Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando o baixo risco em relação à entrega de bens padronizados e o possível aumento injustificado dos custos da licitação.

3.8 Garantia dos Equipamentos

Todos os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, ou superior, conforme oferecido pelo fabricante, abrangendo manutenção corretiva, substituição de peças originais, calibração e quaisquer ajustes necessários para pleno funcionamento.

3.9 Condições de Manutenção

A contratada será responsável pela manutenção corretiva de **todos os equipamentos fornecidos** durante todo o período de garantia, incluindo substituição de peças, calibração, ajustes e quaisquer procedimentos técnicos necessários para restabelecer o pleno funcionamento. As peças substituídas deverão ser novas, originais e compatíveis com o equipamento.

3.10 Assistência Técnica

A empresa deverá disponibilizar assistência técnica autorizada e qualificada em território nacional, com prazos de atendimento compatíveis com a essencialidade do serviço: até 72 horas para equipamentos de esterilização e até 48 horas para equipamentos de radiologia. Havendo necessidade de retirada do equipamento, a contratada deverá fornecer equipamento substituto, sem custos adicionais.

3.11 Recebimento e Conformidade

O recebimento definitivo estará condicionado à verificação técnica, realização de testes operacionais, inspeção sanitária, conferência de documentos obrigatórios (incluindo registro ANVISA, certificação INMETRO, catálogo técnico, marca e modelo) e comprovação do funcionamento adequado. A Administração poderá rejeitar parcial ou totalmente quaisquer itens que não atendam às especificações, normas ou condições contratuais.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Item	Descrição	Quant	Unid.
1	Autoclave Horizontal de no mínimo 100 litros.	03	Unid.
2	Lavadora Ultrassônica.	07	Unid.
3	Sistema de Osmose Reversa.	02	Unid.
4	Seladora de Grau Cirúrgico Automática.	05	Unid.
5	Incubadora para testes biológicos de autoclave a vapor sob pressão.	04	Unid.



Item	Descrição	Quant	Unid.
6	Conjunto Radiológico Móvel motorizado para exames radiológicos músculo esqueléticos, abdômen, crânio, coluna, tórax, membros e extremidades.	02	Unid.
7	Impressora Dry.	02	Unid.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO
01	Descrição da solução 1: Aquisição de equipamentos de esterilização e radiologia por meio de Pregão Eletrônico com Registro de Preços.
02	Descrição da solução 2: Locação de equipamentos de esterilização e radiologia.
03	Descrição da solução 3: Adesão a Ata de Registro de Preços (ARP) vigente (carona)

Análise das soluções

Solução 1 – Pregão com Registro de Preços: O investimento inicial é mais elevado, porém os equipamentos são essenciais e de uso contínuo, cuja vida útil justifica a contratação via registro de preços. Esta modalidade elimina custos recorrentes com aluguel, permite maior autonomia técnica e operacional da Administração e assegura competitividade entre fornecedores especializados.

Solução 2 – Locação: Reduz o desembolso inicial, mas gera despesas recorrentes e cria dependência do fornecedor para manutenção e substituição de peças. No longo prazo, essa alternativa pode se tornar menos vantajosa financeiramente, especialmente considerando a durabilidade e o uso contínuo dos equipamentos.

Solução 3 – Adesão à ARP: Embora possibilite a aquisição de equipamentos por meio de registro existente, esta alternativa não é viável para a presente contratação, pois os itens necessários apresentam características técnicas específicas (capacidade, tecnologia, compatibilidade com normas sanitárias e certificações) que podem não estar contempladas nas Atas de Registro de Preços vigentes. A adesão à ARP poderia resultar em fornecimento inadequado ou incompatível com as necessidades do Município, comprometendo segurança, eficiência e conformidade normativa.

Conclusão

Após análise comparativa, verifica-se que a **Solução 1 – Pregão Eletrônico com Registro de Preços** apresenta o melhor custo-benefício para a Administração. Essa modalidade



assegura autonomia operacional, elimina gastos recorrentes típicos da locação e, ao longo do tempo, garante fornecimento de equipamentos compatíveis com as necessidades técnicas e regulatórias do Município. Considerando a essencialidade, o uso contínuo e os requisitos técnicos dos itens, o Pregão com Registro de Preços se mostra a solução mais vantajosa e sustentável para o Município de Sarandi/PR.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor unitário	Valor total
01	Autoclave Horizontal de no mínimo 100 litros.	03	Unid.	R\$ 188.212,44	R\$ 564.637,32
02	Lavadora Ultrassônica.	07	Unid.	R\$ 65.560,43	R\$ 458.923,01
03	Sistema de Osmose Reversa.	02	Unid.	R\$ 24.169,93	R\$ 48.339,86
04	Seladora de Grau Cirúrgico Automática.	05	Unid.	R\$ 21.886,00	R\$ 109.430,00
05	Incubadora para testes biológicos de autoclave a vapor sob pressão.	04	Unid.	R\$ 16.072,07	R\$ 64.288,28
06	Conjunto Radiológico Móvel motorizado para exames radiológicos músculo esqueléticos, abdômen, crânio, coluna, tórax, membros e extremidades.	02	Unid.	R\$ 605.720,63	R\$ 1.211.441,26
07	Impressora Dry.	02	Unid.	R\$ 46.576,67	R\$ 93.153,34

Total estimado para contratação: R\$ 2.550.213,07 (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, duzentos e treze reais e sete centavos). O valor estimado foi apurado por meio de pesquisa de preços, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando o estudo realizado e as demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, a solução que melhor atende à necessidade consiste na realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, visando ao registro de preços para a aquisição de equipamentos de esterilização e de radiologia, incluindo a instalação, destinados ao atendimento do Centro Municipal de Especialidades (CEME), da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Pronto Atendimento Municipal (PAM) e do setor de Odontologia, conforme condições, quantidades e especificações definidas no Termo de Referência.

A escolha do Pregão Eletrônico justifica-se por possibilitar ampla competitividade entre empresas especializadas, permitindo à Administração analisar de forma eficiente os



potenciais fornecedores, a qualificação técnica dos produtos ofertados e os preços propostos, assegurando maior vantajosidade ao interesse público.

Além disso, trata-se de modalidade que apresenta menor formalismo e maior celeridade processual, aspectos essenciais para evitar prejuízos à continuidade e à qualidade dos serviços de saúde, cuja natureza é essencial e ininterrupta.

Todos os elementos complementares necessários para o atendimento integral da demanda — tais como obrigações da contratada, requisitos técnicos, responsabilidades e demais detalhes operacionais — estarão claramente definidos no Termo de Referência que acompanhará o procedimento licitatório.

8. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Considerando que o objeto desta contratação envolve itens destinados à esterilização de materiais e itens voltados à radiologia, constata-se que tais equipamentos possuem naturezas distintas, com finalidades específicas, características técnicas próprias, tecnologias diferenciadas e mercados fornecedores segmentados. Em razão dessas particularidades, recomenda-se o parcelamento da contratação por itens, de modo a permitir a participação de fornecedores especializados em cada área, ampliando a competitividade e evitando a concentração do certame em empresas que atuem simultaneamente em ambos os segmentos.

O mercado de equipamentos de esterilização — como autoclaves, seladoras, lavadoras ultrassônicas e sistemas de osmose reversa — é composto por fabricantes e distribuidores distintos daqueles que fornecem equipamentos de radiologia, como aparelhos de raio-X e impressoras dry. A unificação desses materiais em um único item poderia restringir a competitividade, impedir a participação de empresas especializadas e elevar os preços ofertados, contrariando os princípios da economicidade e da busca pela proposta mais vantajosa.

Importante destacar que o parcelamento observa o disposto no art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração Pública a dividir o objeto sempre que tal medida for técnica e economicamente viável, evitando contratações globais injustificadas. A contratação por itens também não compromete a execução do objeto, uma vez que cada equipamento opera de forma independente e não depende do fornecimento conjunto para assegurar o pleno funcionamento das unidades de saúde.

Diante do exposto, o parcelamento por itens revela-se medida adequada, eficiente e vantajosa, promovendo maior competitividade, garantindo preços mais justos, ampliando a participação de empresas especializadas e assegurando à Administração Pública a contratação mais favorável ao interesse público.

Critério de julgamento:

- ✓ Menor preço por item

Subcontratação:

- ✓ Não.



9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, são os seguintes:

I – Com esta aquisição, pretende-se assegurar a continuidade e a melhoria dos serviços prestados à população, garantindo condições adequadas para o funcionamento dos setores que dependem dos equipamentos a serem adquiridos.

II – Sob a ótica da economicidade, da eficiência administrativa e da sustentabilidade, busca-se alcançar os seguintes benefícios:

- Economia no valor da contratação, decorrente do ganho de escala proporcionado pela compra centralizada;
- Manutenção do serviço de raio-X da UPA de forma ininterrupta, eliminando a necessidade de deslocamento dos pacientes e garantindo a realização de exames essenciais para o diagnóstico e conduta médica, especialmente em situações de urgência;
- Garantia de esterilização adequada dos materiais, reduzindo riscos de infecção e assegurando maior segurança aos pacientes e profissionais;
- Redução de custos com manutenção corretiva de equipamentos antigos e defasados;
- Atendimento às exigências legais, normativas e sanitárias mediante a disponibilização de equipamentos modernos, seguros e tecnicamente adequados;
- Aumento da eficiência operacional, com maior celeridade e produtividade na execução das atividades, contribuindo para a maximização dos resultados da governança administrativa;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, permitindo à instituição cumprir seu dever institucional com eficiência, eficácia e uso otimizado dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DA ARP

Não se verifica a necessidade de realização de intervenções estruturais para adequação dos ambientes da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Centro Municipal de Especialidades (CEME) e do setor de Odontologia, os quais já dispõem de condições físicas e operacionais adequadas para a instalação e utilização dos equipamentos. Quanto ao Pronto Atendimento Municipal (PAM), atualmente em fase de construção, o respectivo projeto arquitetônico e funcional contempla ambientes dimensionados para comportar os equipamentos de esterilização, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes. Dessa forma, não se identifica risco de insucesso da contratação decorrente de inadequações físicas ou estruturais dos locais de instalação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES



Para a plena utilização e funcionamento dos equipamentos de Raio-X móvel, e visando garantir segurança, conformidade legal e eficiência operacional, tornam-se necessárias as seguintes contratações correlatas e/ou interdependentes:

I. Contratação e/ou capacitação de profissionais, compreendendo:

- a) contratação de técnico em radiologia com capacitação específica na área; ou
- b) capacitação do técnico em radiologia terceirizado já atuante na unidade.

II. Contratação de pessoal por meio de concurso público, especificamente para o cargo de Técnico em Radiologia, visando suprir a demanda permanente do serviço.

III. Contratação de empresa especializada em serviços de radiologia, para suporte técnico-operacional e para a execução de exames sempre que necessário.

Para a utilização e funcionamento dos equipamentos de esterilização, não se faz necessária nenhuma contratação correlata e/ou interdependente, uma vez que sua operação integra-se às rotinas já existentes da unidade, sendo plenamente absorvida pela equipe atual sem necessidade de ajustes adicionais.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A aquisição dos equipamentos de esterilização e radiologia pode gerar alguns impactos ambientais decorrentes do uso, instalação e descarte adequado dos equipamentos substituídos. Embora os impactos sejam considerados de baixa relevância, é necessário observar as boas práticas ambientais e regulamentações pertinentes.

Entre os possíveis impactos, destacam-se:

I. **Geração de resíduos sólidos**, especialmente no descarte de equipamentos antigos, acessórios, embalagens e materiais resultantes da instalação.

Medida mitigadora: Destinação adequada por meio de empresas licenciadas para coleta e tratamento de resíduos eletrônicos, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

II. **Consumo de energia elétrica**, especialmente em equipamentos de radiologia e esterilização, que possuem utilização contínua.

Medida mitigadora: Priorizar o uso de equipamentos modernos com eficiência energética, realizar manutenção periódica e orientar os operadores para uso consciente dos equipamentos.

III. **Geração de resíduos biológicos**, decorrentes do preparo e esterilização de materiais hospitalares.

Medida mitigadora: Seguir rigorosamente os protocolos de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, conforme a RDC ANVISA nº 222/2018.

IV. **Emissão de calor e vapor** pelos equipamentos de esterilização.

Medida mitigadora: Instalação dos equipamentos em ambientes adequados, com ventilação apropriada e sistemas exaustores quando necessários.



V. **Descarte de filmes radiológicos e soluções químicas** (quando aplicável em equipamentos antigos).

Medida mitigadora: Dar destinação ambientalmente adequada e substituição por equipamentos modernos que utilizam tecnologia digital/dry, eliminando o uso de reveladores químicos.

De modo geral, os impactos ambientais são controláveis e podem ser totalmente mitigados mediante observância das normas técnicas, treinamentos, manutenção preventiva, destinação ambientalmente adequada de resíduos e aquisição de equipamentos com tecnologias mais limpas e eficientes. Essas medidas contribuem para o uso sustentável dos recursos e para a redução dos efeitos ambientais decorrentes da contratação.

13. CONCLUSÃO

O Estudo Técnico Preliminar evidencia a necessidade de aquisição de equipamentos de esterilização e radiologia para o CEME e a UPA de Sarandi/PR, garantindo segurança sanitária, qualidade assistencial, eficiência operacional e conformidade com normas técnicas e sanitárias.

A análise indicou que a **realização de Pregão Eletrônico com Registro de Preços**, conforme descrito na solução como um todo, é a alternativa mais adequada, assegurando ampla competitividade, fornecimento técnico compatível e menor custo ao Município.

Com essa contratação, espera-se: continuidade e melhoria dos serviços, redução de encaminhamentos externos, garantia de esterilização adequada, otimização de recursos e modernização tecnológica das unidades de saúde, assegurando atendimento seguro, eficiente e resolutivo à população.

Responsável pela elaboração do ETP

Nome: Edair Miguel Sanches Ribeiro – Matrícula: 5444.

Telefone: (44) 3288-7000

E-mail: compras.saude@sarandi.pr.gov.br

Sarandi, 14 de outubro de 2025.

Assinatura do responsável

PROPOSTA DE PREÇOS

Anexo II - Modelo

Ao MUNICÍPIO DE SARANDI – PARANÁ
PROPOSTA DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0003/2026.

Proponente: _____ CPF/CNPJ: _____
Endereço: _____
Contato: _____ Telefone: () - E-mail: _____

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

Prazo de validade: 60 dias, contados da data de abertura da licitação.

Sarandi, xx de xxxxxx de 20XX.

Representa legal



MUNICÍPIO DE
SARANDI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0003/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
«NÚMERO_CONTRATO»/«ANO_CONTRATO»
ID:

O **MUNICÍPIO DE SARANDI**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 78.200.482/0001-10, com sede na Rua José Emiliano de Gusmão, nº 565, Centro, CEP 87.111-230 na cidade de Sarandi/PR, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Carlos Alberto de Paula Junior, juntamente com o(s) secretário(s) XXXXXX, e a empresa «nome_fornecedor» - «Codigo_Fornecedor», devidamente inscrita no CNPJ/MF «CNPJ_CPF_Fornecedor», sito «Endereço_Fornecedor» «Cidade_Fornecedor» «Estado_Fornecedor» CEP «CEP_Fornecedor», telefone «TelComercial_Fornecedor_Contato», e-mail....., tendo como representante legal o(a) Senhor(a) «Nome_Representante», brasileiro, maior e capaz (estado civil se tiver), inscrito no CPF/MF «CPF_Representante», firmam a presente Ata de Registro de Preços - ARP, nos termos do art. 40, II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 2140, de 14 de agosto de 2024 e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital – Pregão Eletrônico nº 9-0003/2026, e com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I - OBJETO

1.1 Esta ata tem por objeto o Registro de preços para aquisição de equipamentos de esterilização e radiologia, destinados ao atendimento do Centro Municipal de Especialidades (CEME), da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Pronto Atendimento Municipal (PAM) e do setor de Odontologia, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 9-0003/2026.

CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações e quantidades dos itens de cada fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta, são as que seguem:

Fornecedor:



MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

ANEXO III

CNPJ:						
Item	Cód.	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Total

«Itens_Contrato_Por_Lote» |

2.2 O total estimado deste instrumento é de R\$ «Valor_Contratado».

2.3 As quantidades estabelecidas são meramente estimativas, não obrigando o Município em solicitar o objeto.

2.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.5 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Edital e seus anexos, a proposta do contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.6 Fica vedado efetuar acréscimo nos quantitativos fixados nesta ARP.

CLÁUSULA III - ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1 O órgão gerenciador será o Município de Sarandi/PR que gerenciará a ata de registro de preços.

3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, conforme justificativa apresentada no [Comunicado Interno nº 485/2025-DL](#).

CLÁUSULA IV - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no [Comunicado Interno nº 485/2025-DL](#).

CLÁUSULA V - VIGÊNCIA DA ATA, FORMALIZAÇÃO DA ARP E CADASTRO DE RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



I. O instrumento contratual decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

II. Na formalização do instrumento contratual ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

I. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

II. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o inciso I do item 5.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere na alínea "b" do inciso I do item 5.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e



II. quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na CLÁUSULA VIII - desta Ata.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

I. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata na alínea “a” do inciso I do item 5.4, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA VI - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou serviços registrados, nas seguintes situações:



I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

II. decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

III. resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

i. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em Clique ou toque aqui para inserir uma data.

ii. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

iii. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

iv. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

v. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

vi. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

vii. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



viii. O reajuste será realizado por apostilamento.

b) No caso de repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA VII - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I. Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

II. Havendo a liberação do fornecedor, conforme previsto no item anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

III. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da CLÁUSULA VIII - desta ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

IV. Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

I. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

II. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos da CLÁUSULA VIII - , sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

III. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem



de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

IV. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da CLÁUSULA VIII - , e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

V. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no inciso I do item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

VI. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA VIII - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

- I. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- II. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 36 do Decreto nº 2140/2024.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA IX - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 Decorridos 60 (sessenta) dias do ingresso no sistema de registro de preços, o fornecedor poderá pedir a sua exclusão da ARP ou solicitar alteração de seus preços, para mais ou para menos.

- I. A faculdade de exclusão e de alteração dos preços somente poderá ser utilizada quando existirem, no mínimo, 3 (três) fornecedores com preços registrados para o item determinado.
- II. As solicitações de alterações ou exclusões do registro de preços somente terão validade para os pedidos futuros, sendo obrigação do fornecedor honrar os pedidos já realizados até a data do protocolo do pedido de alteração ou exclusão do registro do preço.
- III. O pedido do fornecedor de sua exclusão da ata de registro de preços surtirá efeitos a partir do seu protocolo.
- IV. Quando não couber o disposto neste artigo, serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentadas e acolhidas pela Secretaria Municipal de Administração.

9.2 O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3 No caso do inciso IV, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



9.4 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do item 9.2 desta ata será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

- I. por razão de interesse público; ou
- II. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9.6 Na hipótese do cancelamento do registro de preços do FORNECEDOR, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo preço registrado na ARP.

CLÁUSULA X - PEDIDO PARA ALTERAÇÃO DE MARCA

10.1 Conforme o caso, será admitida a alteração da marca pelo fornecedor sempre que a nova marca indicada cumprir os requisitos previstos em edital.

10.2 Nos casos de licitações exclusivas para bens pré-qualificados, o fornecedor poderá apresentar marca aprovada no procedimento de pré-qualificação, ainda que a inclusão tenha ocorrido posteriormente à realização do processo licitatório.

10.3 Nos processos de contratação que envolvam análises complexas de amostras, o edital estabelecerá que a alteração de marca somente ocorrerá para as aquisições realizadas após a aprovação da amostra da nova marca, devendo o prazo para a análise estar previsto em edital.

10.4 Nas contratações que envolverem a necessidade de padronização da mesma marca durante toda a vigência da ata de registro de preços ou do contrato, o edital poderá prever, justificadamente, a impossibilidade de alteração da marca.

10.5 A regra disposta nesta cláusula também se aplica aos contratos administrativos.

CLÁUSULA XI - DA EXECUÇÃO E GESTÃO DA ARP

11.1 Os termos para execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo do Edital.

Matriz de risco

11.2 A matriz de risco aplicável ao presente instrumento é a constante o anexo deste instrumento, na forma de apêndice.



CLÁUSULA XII - PAGAMENTO

Liquidação

12.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da [Decreto nº 1308/2023](#).

12.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

12.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do instrumento contratual e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do objeto;
- IV. o valor a pagar; e
- V. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

12.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

12.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- II. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

12.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a



MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

ANEXO III

ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.9 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

12.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento contratual, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

12.11 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do [Decreto nº 1308/2023](#).

12.12 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

12.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

12.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.16 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.17 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA XIII - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO



13.1 São obrigações do Município:

- I. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com o instrumento contratual e seus anexos;
- II. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III. notificar o fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Fornecedor;
- V. comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- VI. efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Instrumento contratual;
- VII. aplicar ao Fornecedor as sanções previstas na lei e neste Instrumento contratual;
- VIII. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Instrumento contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- IX. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- X. responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo fornecedor no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- XI. notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- XII. a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA XIV - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR



14.1 O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- I. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- II. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- III. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do instrumento contratual ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- IV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do instrumento contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- V. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- VI. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o fornecedor deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do instrumento contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- VII. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do instrumento contratual;
- VIII. Comunicar ao Fiscal do instrumento contratual, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- IX. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



- X. Manter durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- XI. Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- XII. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do instrumento contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- XIII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do instrumento contratual;
- XIV. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- XV. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- XVI. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento contratual, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- XVII. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste instrumento contratual;
- XVIII. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- XIX. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



XX. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA XV - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), o fornecedor que:

- I. der causa à inexecução parcial do objeto;
- II. der causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. der causa à inexecução total do objeto;
- IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do instrumento contratual;
- VI. praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do instrumento contratual, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV do item 15.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII do item 15.1 acima, bem como seus incisos II, III e IV, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV. **Multa:**
 - a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;



MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

ANEXO III

b) moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do instrumento contratual, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção deste instrumento por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do objeto, no caso de inexecução total do objeto.

V. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

VI. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

VII. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

VIII. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

IX. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e instrumento contratual da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

X. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

XI. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

XII. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo instrumento ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

15.3 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

CLÁUSULA XVI - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de instrumento contratual;



- II. **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de instrumento contratual;
- III. **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do instrumento contratual;
- V. **“prática obstrutiva”**:
- a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;
 - b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- VI. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- VII. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o instrumento contratual vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do instrumento contratual e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do instrumento contratual.

CLÁUSULA XVII - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Sarandi, na dotação discriminada no Termo de Referência, anexo do Edital.



MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

ANEXO III

17.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA XVIII - DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA XIX - PUBLICAÇÃO

19.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA XX - FORO

20.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Sarandi, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA XXI - CONDIÇÕES GERAIS

21.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições de ajuste, encontra-se definidos no Termos de Referência, anexo ao Edital.

21.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em xxx(xxx) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Sarandi, Clique ou toque aqui para inserir uma data..

«Assinaturas_Contrato»

Nome do secretário/a completo
Secretaria e Cargo

«Nome_Representante»
«nome_fornecedor»



MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

ANEXO III

Carlos Alberto de Paula Junior
Prefeito

Testemunhas:

- 1- Xxx
- 2- Xxx



MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria de Administração
Departamento de Licitação

APÊNDICE DO ANEXO III

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue a relação de fornecedores que aceitarem cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contatos:

Representante:

Item	Cód.	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contatos:

Representante:

Item	Cód.	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Total

| |